

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ ESTUDOS SOBRE O NEGRO EM EDUCAÇÃO

DOSSIER STUDIES ABOUT THE BLACK IN EDUCATION

DOSSIER ETUDES SUR NOIRE EM EDUCATION

DOSSIER SOBRE EL NEGRO EN EDUCACIÓN

Julvan Moreira de Oliveira¹

Wilma de Nazaré Baía Coelho²

A organização do Dossiê *Estudos sobre o Negro em Educação* surgiu da necessidade de se refletir sobre os estudos e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores/as associados/as do GT 21 da ANPED (Educação e Relações Étnico-raciais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação). A realização deste dossiê concretiza um compromisso, da gestão atual, assumido com os pesquisadores e pesquisadoras do GT 21 em reunião ocorrida em outubro de 2015.

Criado em 2001, o GT 21 contou e conta com pesquisadores/as de importantes instituições de ensino superior de todo país, que estiveram à frente de sua coordenação, entre elas(es) Iolanda de Oliveira (UFF) e Maria Lucia Muller (UFMT), de 2001 a 2002; Iolanda de Oliveira (UFF), de 2003 a 2004; Iolanda de Oliveira (UFF) e Regina Pahim Pinto (FCC), de 2004 a 2005; Ahyas Siss (UFRRJ) e Maria Lúcia Rodrigues Muller (UFMT), de 2006 a 2007; Ahyas Siss (UFRRJ) e Paulo Vinícius Baptista da

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e Diretor de Ações Afirmativas da UFJF; vice-coordenador do GT 21 da ANPED; articulista da Red Iberoamericana de Investigación en Imaginarios y Representaciones (RIIR); coordenador do ANIME (Grupo de Pesquisa em Antropologia, Imaginário e Educação); Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo; Especialista em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; Licenciado em Filosofia pela Universidade São Francisco.

² Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), atua nos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGED), Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) e no Programa em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM). Membro de diversas sociedades científicas. Coordenadora do GT 21 da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED 2015-2017). Integra a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros - Ministério da Educação (CADARA 2015-2017). Coordenadora do Curso de Especialização Relações Étnico-Raciais para o Ensino Fundamental (2015-2016/MEC/UNIAFRO). Coordenadora da Linha Currículo e Escola Básica, do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB). Líder do Grupo de pesquisa - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de professores e Relações Étnico-raciais (GERA/UFPA) Bolsista Produtividade CNPq - Nível 2 CA ED, desde 2010.

Silva (UFPR), de 2008 a 2009; Paulo Vinícius Baptista da Silva (UFPR) e Nilma Lino Gomes (UFMG), de 2010 a 2011; Nilma Lino Gomes (UFMG) e Paulo Vinícius Baptista da Silva (UFPR), de 2012 a 2013; Erisvaldo Pereira dos Santos (UFOP) e Cândida Soares da Costa (UFMT), de 2014 a 2015 e, atualmente, Wilma de Nazaré Baía Coelho (UFPA) e Julvan Moreira de Oliveira (UFJF), no intervalo de 2015 a 2017.

Abre o dossiê o artigo *O impacto das ações afirmativas no currículo acadêmico do ensino superior brasileiro*, de Ana Cristina Juvenal da Cruz, Joana Célia Passos e Tatiane Cosentino Rodrigues, o qual analisa a relação entre os programas políticos para a formação das relações étnico-raciais e políticas de ação afirmativa nas universidades federais, ao observar as mudanças no programa após a implementação da ação afirmativa no Brasil. As autoras analisam as alterações dos programas, cujo objetivo é destacar mudanças estruturais na produção e difusão de conhecimento nas universidades. Embora levantem alterações regulamentares no que diz respeito aos planos de aula, havendo uma percepção de que o tema já está coberto, descobriram que o objeto aparece na descrição dos programas de formação, mas não aparece especificamente nas disciplinas. Em outras palavras, é que a referência aos atos normativos legais não garante a adesão no corpo dos currículos.

O segundo artigo, *O ensino médio como filtro para o acesso de negros no ensino superior brasileiro*, de Amélia Artes, aborda a importância central da escola nos últimos anos, especialmente no tocante as políticas de melhoria dos indicadores de baixa qualidade na educação brasileira, sobretudo, em comparação com outros países. Este papel central na escola coincide com a mudança na legislação, quando preconiza a obrigatoriedade no atendimento da educação da infância aos 17 anos. Para a autora, estamos longe da universalização desta fase obrigatória, caracterizada pela lei, principalmente pelas desigualdades de acesso por cor e raça. O estudo questiona as condições de infraestrutura e a formação deficiente dos professores das escolas frequentadas, sobretudo, por negros. Quando o ensino médio é um filtro de acesso ao ensino superior, uma análise mais aprofundada das desigualdades educacionais aponta para a necessidade de se pensar políticas específicas para o nível médio, como um processo de eliminação das desigualdades.

Eugênia Portela de Siqueira Marques e Ireni Aparecida Moreira Brito, em *A banca examinadora de fenótipo para o acesso à educação superior na UEMS: um*

mecanismo para garantia de direitos, apontam que na última década, as universidades federais têm sofrido alterações significativas no que diz respeito à democratização do acesso e a entrada das classes populares no ensino superior. Dois movimentos políticos têm desempenhado um papel neste processo de democratização, enraizado nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva: a expansão e entrega de internalização de vagas, liderado pelo programa MET (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e expansão da rede formação profissional e tecnológica, por meio da criação de instituições de educação, ciência e tecnologia federais. Articulado a esses movimentos, o movimento negro brasileiro pressionou a agenda do Governo Federal para que adotasse medidas para a incorporação gradual de pretos, pardos e indígenas na educação superior, invertendo o prevalente no passado nos espaços historicamente ocupados pelos grupos dominantes.

Wilma de Nazaré Baía Coelho e Nicelma Josenila Brito Soares, analisam os debates sobre as políticas para a formação continuada de professores, assim como as parcerias entre universidade e escola básica em *Formação continuada e a implementação da lei nº 10.639/2003: entre a universidade e a escola básica*. Para as autoras, é necessário a compreensão dos aparatos legais em âmbito nacional, especialmente os que regulam e estruturam as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Há uma compreensão de avanços à partir da implementação da Lei nº 10.639/2003, evidenciados nas políticas advindas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), das Instituições de Ensino Superior, Neabs, COPENES e GT21, destacando-se o aumento de linhas de pesquisas, em teses e dissertações, assim como nos estudos dos problemas das escolas, no que se refere à questão étnico-racial.

O artigo de Cláudia Denis Alves da Paz e Renísia Cristina Garcia Filice, *O artigo 26-A da LDB: entre avanços e recuos o espontâneísmo ainda opera no DF*, aponta que no meio de uma lógica capitalista, determinadas disposições constitucionais sobre os direitos sociais coletivos da população são essenciais para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Para as autoras, a operacionalização da obrigação clara da legislação para promover a igualdade racial no formato de projeto é um ponto muito positivo realizado entre o GEPPHERG (Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Políticas,

História, Educação e Relações Raciais e Gênero da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília) e a SEEDF (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal), materializando a real possibilidade de reverter um dos problemas mais difíceis identificados em estudos sobre a formação de professores, ou seja, a distância entre as Instituições de Educação Superior e a Educação Básica.

Nos dois artigos seguintes, as autoras estudam a educação quilombola, com o objetivo de refletir sobre essa Educação, cara a população negra, e a implementação das orientações do Programa Nacional de Educação Escolar Quilombola nas escolas em áreas de remanescentes de quilombos que Maria Clareth Gonçalves Reis apresenta em *Educação Escolar Quilombola: proposta de uma educação diferenciada*, reflexões sobre a necessidade de incluir as histórias de quilombos, as suas tradições socioculturais e memórias nos métodos de ensino. Para a autora, não há nenhuma maneira de construir um projeto político e educacional, sem levar em conta o contexto específico do quilombo, portanto, propor as diretrizes da educação diferenciada nas escolas quilombolas. Os estudos e pesquisas realizadas nos últimos anos nas comunidades quilombolas, apontados nesse artigo, têm mostrado algumas lacunas em relação à escola e à comunidade, particularmente no que diz respeito ao envolvimento da cultura local na prática educativa.

Eliete Pereira de Paula e Silvani dos Santos Valentim, em *Educação Escolar Quilombola em Belo Horizonte*, discutem o trabalho realizado na Secretaria Municipal de Educação da capital mineira, em ajudar na implementação da Lei nº 10.639/03 e as diretrizes de História Africana e Afro-brasileira nos currículos, apresentando às crianças e jovens os quilombos, na perspectiva da propriedade da terra, da cultura e da história das comunidades quilombos nos espaços urbanos. A implementação da Educação Quilombola apresenta vários desafios, segundo as autoras, sendo multidirecional e um processo intercultural. O projeto é composto por educadores, estudantes, mães/pais e demais profissionais da escola, permitindo toda escola dentro da diversidade de códigos sociais, desenvolvendo um ambiente no diálogo intercultural, de interação e cooperação entre as comunidades quilombolas e a comunidade escolar.

Luiz Fernandes de Oliveira e Mônica Regina Ferreira Lins, em *Conservadorismo político e a luta antirracista na educação: novos e velhos cenários*, apontam os tempos difíceis para desenvolvimento de diversas ações nas escolas, diante

uma frente conservadora e forte na produção de uma criminalização de professores, através do monitoramento e gerando uma estigmatização no processo de ensino e aprendizagem, em que a defesa de um discurso totalitário moral e ético destinados à prática humana nas rotinas escolares. Neste sentido, para os autores, a luta política de professores, intelectuais e ativistas antirracistas podem mobilizar uma discussão racial, auxiliando no desenvolvimento de um antirracismo, de ações que lutem contra a prática conservadora. No coração do debate está a formação crítica das relações raciais no Brasil, pois estamos diante uma sociedade na qual a maioria dos menores, especialmente os jovens crianças negras, são subordinados social, econômico e cultural.

Por fim, Julvan Moreira de Oliveira e Sérgio Luís do Nascimento, em *A construção do legado: a negação de uma epistemologia filosófica africana*, apresentam o etnocentrismo presente na filosofia ocidental, especificamente entre alguns filósofos da modernidade, significando a construção de uma identidade africana eurocêntrica, ou seja, reduzida a estereótipos, contribuindo para a dominação da cultura ocidental sobre a africana. Em seguida, os autores apresentam a perspectiva de dar visibilidade à filosofia africana e da diáspora, à partir da contribuição de autores da pós-colonialidade, problematizando sobre esse silenciamento da filosofia africana no debate acadêmico no Brasil, que ainda está centrada em uma filosofia na perspectiva ocidental.

Desejamos boa leitura!